UNIP - UNIVERSIDADE PAULISTA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA

Ana Lúcia Titotto T789605
Cibele Trevisan de Albuquerque Martins F2151D3
Evandes Aguero F1352C9
Jéssica de Souza Melo N620BA3
Marluci Gomes Vitorino N636BF8
Virgínia Machado de Andrade N692472

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER:

Compreensões e atuação do profissional de Psicologia.

CAMPUS SOROCABA/SP
2024

Ana Lúcia Titotto T789605
Cibele Trevisan de Albuquerque Martins F2151D3
Evandes Aguero F1352C9
Jéssica de Souza Melo N620BA3
Marluci Gomes Vitorino N636BF8
Virgínia Machado de Andrade N692472

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER:

Compreensões e atuação do profissional de Psicologia.

Trabalho de conclusão do curso de Psicologia da Universidade Paulista, sob orientação da Profa. Dra. Cybele Carolina Moretto.

CAMPUS SOROCABA/SP

2024

CIP - Catalogação na Publicação

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: Compreensões e atuação do profissional de Psicologia. / Ana Lúcia Titotto...[et al.]. - 2024. 47 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) apresentado ao Instituto de Ciência Humanas da Universidade Paulista, Sorocaba, 2024.
Área de Concentração: Psicologia.
Orientador: Prof. Dra. Cybele Carolina Moretto.

1. Violência Doméstica. 2. Mulher. 3. Psicologia Social. 4. Psicanálise. 5. Gênero. 6. Racismo. I. Titotto, Ana Lúcia . II. Moretto, Cybele Carolina (orientador).

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Universidade Paulista com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ana Lúcia Titotto T789605
Cibele Trevisan de Albuquerque Martins F2151D3
Evandes Aguero F1352C9
Jéssica de Souza Melo N620BA3
Marluci Gomes Vitorino N636BF8
Virgínia Machado de Andrade N692472

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER:
Compreensões e atuação do profissional de Psicologia.

Trabalho de conclusão do curso de Psicologia da Universidade Paulista, sob orientação da Profa. Dra. Cybele Carolina Moretto.

O trabalho foi considerado Aprovado com a nota dez (10,0).

Sorocaba, 08 de outubro de 2024.

Prof. Ms. José Antonio M. Perez

Prof. Ma. Roseli Maria dos Santos

Profa Dra Cybele Carolina Moretto - Orientadora

Universidade Paulista - UNIP

RESUMO

O presente trabalho buscou compreender questões biopsicossociais sobre a violência doméstica que acomete milhares de mulheres brasileiras. Neste estudo acadêmico, a partir do embasamento teórico da Psicologia Social e da contribuição de alguns conceitos psicanalíticos, buscou-se refletir sobre como os episódios de violência doméstica contra as mulheres são exemplos deste processo e sobre alguns pontos de contato e interseção entre essas duas frentes teóricas e como isso se traduz na contexto prático das políticas públicas de saúde e na atuação de psicólogas (os). Dentre os resultados, refletiu-se sobre os princípios do desejo, prazer e desprazer dos sujeitos, frente a impulsos e agressividades. Além dos papeis de gênero estabelecidos na sociedade e na maneira como se desdobram em estereótipos e preconceitos que derivam em ciclos consistentes de violência. Concluiu-se sobre a relevância de uma atuação crítica e reflexiva sobre esses papeis e conceitos no campo da Psicologia buscando uma prática empática, acolhedora, sensível e resoluta com as mulheres vítimas deste ciclo.

Palavras-chave: Violência doméstica; Mulher; Psicologia Social; Psicanálise; Gênero; Racismo.

AGRADECIMENTOS

Iniciamos este agradecimento referindo-nos ao senso coletivo do nosso grupo, que apesar da árdua jornada de sermos estudantes (juntamente a tantos outros papeis sociais) na sociedade brasileira, nunca desistimos de uma postura de apoio mútuo e leveza nas nossas relações. Agradecemos aos colegas e familiares, pela compreensão e apoio quanto às horas dedicadas a este estudo, muitas vezes pautadas na ausência em outros momentos, mas tendo como contrapartida o senso de realização de uma pesquisa comprometida em articular o fenômeno da violência doméstica na sociedade pretérita, atual e talvez, num sonho otimista, não futura. Por fim, agradecemos as nossas mestres e principalmente a professora Cybele, que transborda seu papel de orientadora, para apoiadora de sonhos que não seríamos capazes de ousar sonhar sozinhos.

“A vida começa quando a violência termina”

Maria da Penha Maia Fernandes - Ativista brasileira

“Mão, cheia de dedo

Dedo, cheio de unha suja

E pra cima de mim?

Pra cima de moi? Jamé, mané!”

Música Maria da Vila Matilde - Elza Soares, cantora brasileira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO……..7
1.1 Apresentação…….……..……..……..7
1.2. A violência doméstica contra a mulher: questões jurídicas e históricas….……8
1.3. A violência doméstica contra a mulher: um olhar a partir da psicanálise e da psicologia social…….…11
1.4. Uma visão sobre o papel da Psicologia na prevenção e intervenção contra a violência doméstica……...……..……14
2. OBJETIVOS GERAL……16
3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS……...….16
4. JUSTIFICATIVA…….……17
5. MÉTODO……17
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO……...18
6.1 Violência doméstica contra a mulher: questões psicológicas a partir da teoria psicanalítica..…….……..……...18
6.2 Gênero e racismo: um olhar social sobre a violência doméstica contra a mulher….…….……..……...23
6.3 Atuação e possibilidades de intervenção psicológica no apoio à vítimas de violência doméstica contra a mulher.…….……..…….…….....26
6.3.1 A atenção primária à saúde da mulher em situação de violência……....26
6.3.1.1 Redes de apoio e atenção à saúde da mulher em situação de violência……...29
6.3.2 A atuação e intervenção psicológica……....32
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS……...…….……37
8. REFERÊNCIAS…….……41

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Este trabalho acadêmico pretende aprofundar-se nos estudos e conteúdos quanto ao tema de violência doméstica contra a mulher. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como violência o uso intencional de força ou poder, que cause danos psicológicos, lesões físicas e até morte. A mais conhecida é a violência doméstica, contra mulheres, compreendida como proveniente de relacionamento, podendo ser ela física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral. No Brasil, a lei mais conhecida e reconhecida referente ao tema é a lei 11.340 de 2006, nomeada de Lei Maria da Penha, em homenagem à farmacêutica cearense Maria da Penha Fernandes, vítima de violência doméstica. A violência contra a mulher apresenta-se num horizonte desafiador, com causas diversas sob diferentes perspectivas culturais e socioeconômicas.

Segundo Silva et al. (2020), pesa um contexto social atravessado pelo patriarcado em conjunto a um cenário econômico e cultural que asseguram a hierarquização de gênero frente às relações de poder verticalizadas do homem sobre a mulher, tornando-a socialmente aceita como passiva e submissa às vontades e desejos do homem. Este modelo patriarcal, que confere controle aos homens sobre os corpos e comportamentos das mulheres, é perpetuado pela reafirmação da autoridade masculina pela sociedade, autorizando a prática de violência física ou psicológica através de discursos naturalizados no decorrer da vida que atribui o significado ao que é ser mulher e ser homem. Auxiliares a estas significações de gênero no âmbito familiar, surgem os modelos identificatórios impostos, fornecidos pela escola, publicidade e outros territórios sociais desde o nascimento até o desenvolvimento dos sujeitos, sendo, muitas vezes, mantenedores dessas ideias. Papeis sociais de que a mulher cuida do lar e dos filhos e de que o homem é o mantenedor das finanças proporcionam um caminho fértil à dependência econômica feminina dificultando a fuga do contexto de violência. Estes papeis sociais são transmitidos na esfera familiar que compõem a formação da identidade familiar e noção de família, juntamente com episódios de violência e punição. Ao crescer vivenciando a ocorrência de violência no ambiente familiar, esses fatores cooperam para a reprodução do que é aprendido pela

criança que pode tornar-se um agressor conjugal ou aceitar punições, alimentando o ciclo vicioso da violência doméstica.

Discursos políticos e religiosos muitas vezes enraizados na ideologia patriarcal também solidificam papeis estereotipados que costumam validar e intensificar a violência. Historicamente a mulher é vista como objeto do homem, por vezes suportando contextos familiares violentos em prol dos filhos e este ciclo de violência que se repete, pode acabar em feminicídio. Desta forma, torna-se imprescindível conscientizar e discutir o assunto, pois a punição dificilmente oferece a conscientização. Além das marcas físicas, a violência afeta a autoestima e capacidade de reação das mulheres devido ao sentimento de inferioridade.

Ainda de acordo com Silva (2020), sintomas psicológicos como insônia, falta de concentração, pânico, estresse pós-traumático, transtornos alimentares quando não imediatamente amparados podem tornar-se quadros psiquiátricos que levam ao consumo de álcool, drogas ou ainda tentativa de suicídio. Percebe-se assim o reconhecimento da violência doméstica como fator de risco à saúde física e mental da mulher. O despreparo de alguns profissionais da saúde e o acolhimento de casos de violência formam uma barreira para enfrentamento de problemas. Assim, o profissional de Psicologia torna-se fundamental nesse processo de acolhimento formando vínculo seguro e confiável, ressignificando o acontecido, resgatando os desejos e vontades dessas mulheres.

1.2. A violência doméstica contra a mulher: questões jurídicas e históricas

No ano de 2006 a Lei Maria da Penha, (BRASIL, Lei 11340, Art. 5°), foi um grande marco para o enfrentamento da violência doméstica que se dá principalmente contra as mulheres, trazendo importantes conquistas quanto à proteção e suporte às vítimas. Segundo a lei é considerada violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão que tenha como base o gênero e que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, dano moral ou patrimonial. Isso se aplica não apenas no contexto da unidade doméstica - que inclui pessoas que convivem permanentemente, com ou sem vínculo familiar, incluindo aquelas que se agregam ocasionalmente - mas também na família, que é composta por pessoas unidas por laços naturais ou expressamente declarados, e em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima,

independentemente da coabitação. Vale ressaltar que essas relações não dependem de orientação sexual ou identidade de gênero.

A Lei Maria da Penha, leva esse nome em homenagem à farmacêutica cearense Maria da Penha Fernandes, que sofreu, junto das filhas, diversas agressões por parte do seu ex-marido. Em 1983 ele tentou matá-la, não teve êxito, mas por conta dos graves ferimentos, Maria da Penha ficou paraplégica. Ao retornar do hospital, seu ex-marido tentou matá-la novamente com eletrochoque. Ao procurar ajuda para denunciar o agressor, como tantas outras mulheres que sofrem violência, encontrou somente incredulidade e falta de apoio da justiça brasileira. Os defensores dos agressores sempre encontravam brechas nas leis que permitiam aguardar o processo em liberdade. Com o seu caso ainda tramitando na Justiça, em 1994, Maria da Penha lança o livro “Sobrevivi…posso contar”, onde narra as violências sofridas por ela e pelas três filhas. Após a divulgação do livro, Maria acionou o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Estes órgãos encaminharam seu caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1998. Em 2002, após o caso de Maria da Penha ser analisado, o Estado brasileiro foi condenado por omissão e negligência pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Brasil foi obrigado a assumir o compromisso de modificar as leis e políticas em relação à violência doméstica.

O apoio psicológico às vítimas de violência consta nas recomendações da lei sobre equipes de atendimento multidisciplinar (BRASIL, Lei 11340, Art 29).. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, composta por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde. Por fim, a Lei Maria da Penha alterou e adaptou diversas leis dos Código Penal, Código de Processo Legal e Lei de Execução Penal.

Sobre os dados estatísticos que elucidam a questão da violência doméstica contra mulheres no Brasil, a Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Instituto DataSenado, 2021), indica que o percentual de mulheres que percebem aumento na violência cometida contra pessoas do sexo feminino, no ano de 2021, chegou a 86%. As pessoas participantes da pesquisa acreditam que 63% das mulheres denunciam na maioria das vezes, e apenas 2% acreditam que

elas sempre denunciam. As que não denunciam, são 75% por medo do agressor, e 46% por dependerem financeiramente do agressor. O número de mulheres que conhecem mais de uma mulher que sofreu agressão doméstica é de 49%, e que conhecem uma é 19%. Quem afirmou conhecer alguma mulher que já sofreu algum tipo de violência doméstica e familiar, informou que sofreram violência física 79%; psicológica 58%; moral 48%; patrimonial e sexual 22% cada uma. Por tratar-se de múltipla escolha, a soma ultrapassa os 100%. Fatores diversos podem dificultar que a vítima se emancipe do ciclo de agressões, pois muitas vezes, por conta de vulnerabilidade social, essas vítimas dependem financeiramente dos agressores, assim como emocionalmente. Por vezes, a agressão é vista apenas como uma consequência de um estado alcoolizado do agressor ou ainda tida como comum na esfera cultural de determinado local.

Costa (2021) contextualiza, através da experiência e reflexão do Projeto de Extensão Faladeiras, que está vinculado ao Núcleo de Estudos de Serviço Social e Organização Popular (Departamento de Serviço Social/UFSC), algumas iniciativas de políticas públicas para enfrentar a violência contra as mulheres, mobilizando a classe trabalhadora e movimentos sociais em defesa dos direitos das mulheres ao longo dos anos. O Projeto de Extensão Faladeiras, na edição do ano de 2019, organizou um curso de formação para agentes que atuam no sul da ilha sobre “A violência contra mulher e a rede de atendimento em Florianópolis”. O curso foi ministrado na escola jovem do Rio Tavares de maio a novembro de 2019, com o objetivo de contribuir com a qualificação profissional, no atendimento às vítimas em situação de violência doméstica. Sua pesquisa aborda que apesar das políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência doméstica, os índices apresentados demonstram que há um alcance reduzido à proteção e direito à vida de mulheres negras, formando um vínculo com o agravamento de racismo, machismo e conservadorismo.

A violência, especialmente a racial, conforme Carrijo e Martins (2020) já extirpa o potencial de capacidade do sujeito, e no caso de mulheres negras se soma a violência de gênero. Além disso, o preconceito racial tem a característica de encontrar-se latente no aspecto mais amplo, pois a população negra, predominante no Brasil, ainda é socialmente invisível. Aquém disso, parte do que encoraja esta violência é a forma como se expressam as desigualdades baseadas

na condição de sexo (condições de gênero por meio de hierarquia), raça, idade, classe e outros que modificam a posição em relação aquela do núcleo familiar.

1.3. A violência doméstica contra a mulher: um olhar a partir da psicanálise e da psicologia social

Sobre o âmbito da Psicologia na temática proposta, inicialmente serão tecidos comentários da Psicanálise que podem colaborar para o entendimento do tema. Herrmann (2015) afirma que os sujeitos são estranhos e absurdos e que construíram o mundo sob uma medida humana, que apesar de uma escolha tomada, não trouxe satisfação aos diversos desejos, pois não sabem bem o que desejam. Para o autor, o que pode ser chamado de loucura do mundo é fruto deste processo de construção a partir do desejo humano. A partir disso, nasce a Psicanálise, tirando de cena em certa medida o método científico, dando espaço ao método interpretativo, que abordaria emoções, sonhos e outros. Este cenário cultural, fabricado pelos humanos, acabou por revelar desenhos desconhecidos, aproximando os sujeitos de uma realidade talvez duvidosa e absurda. É neste contexto que o método psicanalítico encontra sua missão: ajudar os sujeitos com seus absurdos, que são os próprios.

Freud [1929] (2011) entende que o ser humano não é brando e nem ávido de amor, sendo na verdade cunhado de agressividade. Para estes sujeitos, o outro, além de um possível colaborador e objeto sexual, também pode ser uma maneira de satisfazer essa agressão, pulsão de morte versus Eros. De um lado a ânsia da destruição e de outro a pulsão pela vida.

> A agressividade é introjetada, internalizada, mas é propriamente mandada de volta para lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu. Lá é acolhida por uma parte do Eu que se contrapõe ao resto como Super-Eu, e que, como consciência, dispõe-se a exercer contra o Eu a mesma Severa agressividade que o Eu gostaria de satisfazer em outros indivíduos. (FREUD, 2011, p.69)

Para se desenvolver o indivíduo é importante conservar o princípio do prazer, encontrar a satisfação da felicidade dentro de uma adaptação à comunidade, condição esta inevitável. É uma linha tênue entre ser egoísta e ser altruísta. É importante saber que o Super-eu (superego) existe dentro de uma época e de uma cultura além de severas exigências ideais.

Freud (2011) aborda na chamada segunda tópica ou ***teoria estrutural*** sobre o ***Ego***, **id** e ***superego.*** Sendo o id, o local teórico de onde vem os impulsos, instância original da psique, o estado bruto. O ego é a consciência, que intermedia o contato com o mundo e a realidade, é o juízo. Por fim,o ***superego*** é o censor das funções do ego, estimula o que se deve processar, proíbe o resto, tendo por base as normas morais fixadas nos primeiros anos de vida. Essa agressividade introjetada e internalizada dos sujeitos é um impulso que transborda nos agressores pelos processos de violência doméstica, porém nunca de maneira isolada.

Freud (1921-2011 apud Dias, 2028) em sua obra Psicologia das massas e análise do Eu, aborda que além das questões clínicas, o sofrimento psíquico como resultado da desigualdade de condições em que os sujeitos são afetados. Reforça que o analista deve considerar a psicanálise na esfera sociopolítica da atualidade, trabalhando a identificação. Convida à reflexão sobre os efeitos de tentativa de oposições entre a psicologia individual e a social/massas, entendendo que de um lado o sujeito busca a satisfação pulsional e do outro a satisfação de determinadas condições por sua relação com o outro, constatando que algo é perdido quando os elementos que contornam os modos de satisfação são desconsiderados, que não estão somente no campo individual e sim no campo social. Mostra que os elementos que produzem e sustentam a ligação entre os sujeitos, são importantes para refletir sobre os afetos que estão ligados a construção do laço social e marcam os moldes da vida social do sujeito e o modo político, recuperando a libido e a afetividade enquanto as pulsões que abrangem o amor e destacando que as relações amorosas constituem a essência da alma da massa, uma vez que o amor não é apenas uma escolha afetiva de objeto mas também constitui as bases dos processo de formação de identidade subjetiva e transforma os investimentos libidinais em identificações.

No âmbito da psicologia social, Lane (1999) aborda a violência pelos grupos sociais e suas origens. Como toda sociedade moderna, a família também é regida por regras, onde há uma relação de poder entre seus membros. A autora abordou o fato de que, entre os anos de 1950 à 1960, todos acreditavam que a psicologia social daria as respostas para todos os problemas sociais, mas o que se observou foi o aumento da violência, miséria e greves nas fábricas, contribuindo para uma desumanização social. Os países da América Latina produziram os conhecimentos desenvolvidos nos EUA e adaptaram técnicas e intervenções de acordo com as suas próprias condições e realidades. Durante vários congressos internacionais, a

psicologia social precisou se posicionar através de críticas que derivaram em novas propostas e novos conceitos. Estimulou-se a pesquisa e o intercâmbio, para fortalecer a troca de experiências, em virtude das diferentes realidades existentes em cada país. No Brasil, criou-se a Associação Brasileira de Psicologia Social (Abraspso), tendo como um de seus objetivos aproximar a atuação dos profissionais da psicologia social à parcela da população que não dispõe de recursos para realizar psicoterapia clínica individual, prestando assistência em larga escala, para grupos e organizações populares.

Jodelet [1998] (2004) busca abordar os porquês de uma sociedade que mesmo sendo democrática continua a ser tão violenta. Aborda a teoria da frustração, datada de antes da Segunda Guerra Mundial, de Dollard, inspirada na teoria freudiana que elucida as motivações hostis que podem ser ativadas diante de uma frustração. O impedimento de se atingir algum objetivo, transborda uma cólera que acarreta em agressividade. Quando o sujeito frustrado, percebe-se impotente diante da causa de sua frustração, não podendo assim reverter ao seu agente, seja por este ser muito poderoso ou obscuro, este sujeito desloca sua cólera para alvos mais fáceis e acessíveis: grupos minorizados. O senso comum pauta as justificativas para prejudicar o outro, principalmente nas explicações causais e a atribuição dessa responsabilidade às vítimas. A autora também traz referências da escola de Frankfurt como Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sandford em suas obras da década de 1950, quando a teoria da personalidade autoritária e outras ideologias podem derivar em posições racistas e anti-democráticas. Entendem que a partir de uma estrutura de personalidade é possível medir grupos etnocêntricos e antissemitas, numa escala de facismo pautada num contexto familiar autoritário, convencionalismo e desejo de punir os diferentes. Uma rejeição total pela fraqueza e pelo abstrato, buscando sempre bodes expiatórios para seus sentimentos negativos reprimidos.

Arendt [1968] (2022) trata que a prática da violência transforma o mundo, mas a transformação inegavelmente será em um mundo mais violento. A linguagem é o que realmente distingue os homens e mulheres dos animais. A violência e o poder não são fenômenos naturais, são processos políticos do homem, assim como o pensar e o agir. Poder e violência não são sinônimos, mas estão ligados quando é pela ausência de poder surge o uso da violência. Trazendo essa análise de Arendt para o campo individual e doméstico, pode-se fazer uma leitura que quando o

homem percebe-se perdendo o poder que julga ter sobre sua esposa, acaba por recorrer para a violência como forma de retomada deste poder destituído, o que pode derivar num ciclo de violência perigoso e possivelmente fatal.

Sobre as questões de gênero, que abordam a hierarquia social entre homens e mulheres, Strey (2013) pondera que somente há poucas décadas o termo Gênero, na psicologia social científica, deixou de indicar apenas as diferenças sexuais entre homens e mulheres, sendo esta uma das importantes conquistas do movimento feminista. Sexo e gênero não podem ser considerados como sinônimos. Ser fêmea é diferente de ser mulher, da mesma forma, ser macho é diferente de ser homem. Sexo diz respeito a procriação e reprodução, as diferenças sexuais são físicas, e as diferenças de gênero são construídas. O gênero acaba por ter uma ligação íntima a visão que a sociedade constitui sobre o que transforma um macho em homem e uma fêmea em mulher, constituindo-se essa pauta em cada cultura, pois há de se notar que a capacidade humana de criar sistemas simbólicos interfere na interação social. Esta capacidade tem sido, e continua sendo feita, a partir de uma visão masculina do mundo.

1.4. Uma visão sobre o papel da Psicologia na prevenção e intervenção contra a violência doméstica

O documento de Referências técnicas para atuação de psicólogas e psicólogos em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência, do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2012), reúne experiências da Psicologia brasileira dentro do tema. Uma equipe de profissionais reuniu princípios éticos, técnicos e políticos que norteiam aquelas que trabalham a prática da Psicologia no contexto da violência, como hospitais, juizados, organizações não governamentais, órgãos de políticas públicas, delegacias específicas ao atendimento à mulher vítima de violência e outros, permitindo que os serviços operem tanto com as vítimas de violência, quanto na prevenção à violência de forma geral.

Segundo o CPF (2012) as principais dificuldades encontradas por psicólogas que operam nessa área, respondem principalmente à falta de formação destes profissionais, que devem manter o trabalho em uma dimensão ético-política, assegurando um alinhamento às políticas públicas, compreendendo, contribuindo e promovendo-as visto que a relação entre a criação dessas políticas, o Estado e a

sociedade, são primordiais no desenvolvimento de cada cidadão e na defesa de seus direitos. O documento também relata que é intrínseca desde os primórdios da organização social humana a violência contra as mulheres. Em espaços privados em que o papel da mulher e mãe eram os únicos desempenhados pela mulher, esta era exposta e sofria violência desde a infância pelos familiares e posteriormente pelo companheiro.

A assistência social orientada especificamente para mulheres surgiu no Brasil após a década de 70, com delegacias especializadas e serviços de atenção à mulher. As equipes técnicas multidisciplinares de atendimento são fundamentais para prestação deste serviço, porém a definição do trabalho da Psicologia neste contexto é necessária para que não se confunda a ação da assistência social. À Psicologia requer repensar suas práticas no cenário de violência contra a mulher, a prática clínica tradicional e seus modelos de intervenção, para incorporar a perspectiva social e intervenções psicossociais articuladas à prática de outros profissionais.

Em relação às questões de manejo da equipe, o Guia para o manejo de situações de violência doméstica contra a mulher na APS (Atenção Primária de Saúde), documento fruto de uma parceria entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Ministério da saúde (2022), visou compreender a rede da equipe da saúde na atenção primária de mulheres em situação de violência. Os serviços devem se articular em uma rede de atenção intra e intersetorial. Relata a importância de reconhecer a violência como questão de saúde sendo de sua responsabilidade acolher, escutar, identificar e fazer possíveis encaminhamentos. Conhecer a ocorrência da violência doméstica em seus variados contextos e reconhecer a vulnerabilidade das mulheres que passam por essa situação é fundamental para obter o auxílio adequado.

Conforme cita no guia (UFSC - Ministério da Saúde, 2022), para entender o trabalho necessário, faz-se obrigatório compreender a violência à mulher como um ato baseado em gênero que venha a causar morte, dano ou sofrimento sob qualquer aspecto. Este entendimento de evidências das desigualdades permite identificar a situação a qual as mulheres se expõem, auxiliando na criação de estratégias de atenção. Nem sempre a violência sofrida pelas mulheres é física ou sexual, mas frequentemente mulheres sofrem outros tipos de violência quer isoladamente, quer somada a violência física. Por desinformação, violência

psicológica, moral e patrimonial não são validadas e são sofridas, porém de forma velada. Devido a esta característica, o profissional deve ficar atento aos sinais e sintomas nos relatos das mulheres. Deve-se considerar ainda uma reprodução cultural das relações de poder entre homens e mulheres de forma violenta, culpa na relação com filhos, dependência financeira, vergonha, falta de apoio, desconhecimento da rede de apoio e medo da reação do agressor.

O guia (UFSC - Ministério da Saúde, 2022) também aponta que apesar das políticas públicas mobilizadas no combate à violência contra a mulher, as razões que continuam a justificar a continuidade da violência são inúmeras. O patriarcado, dominação masculina (simbólica) e o senso comum são pilares fortes da violência contra a mulher. Acreditar que assuntos conjugais devem ser resolvidos pelo casal, que álcool ou drogas são responsáveis pela violência ou que esta só ocorre entre os economicamente vulneráveis, justificam falsamente sua a razão. Os números cada vez mais expressivos quanto à violência contra a mulher, demonstram que as intervenções não podem ocorrer apenas na clínica, mas que é necessária a promoção de medidas que abarquem a qualidade de vida nas esferas do desenvolvimento social, emocional, afetivo, cognitivo e outros. O isolamento vivido por muitas mulheres (geograficamente, ou por questões culturais), a organização patriarcal que coloca a mulher em posição inferior ao homem, à soma de outros preconceitos raciais e étnicos que violam os direitos das mulheres, tudo contribui para a naturalização e invisibilidade da violência doméstica.

2. OBJETIVO GERAL

Estudar a respeito das questões psicossociais envolvidas nos processos de violência doméstica contra mulheres a partir de alguns conceitos psicanalíticos e da Psicologia Social.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o processo de violência doméstica a partir de revisão bibliográfica no campo da Psicologia;
- Discutir sobre o conceito de gênero e racismo e como afetam a incidência de violência doméstica contra as mulheres;

- Refletir sobre as principais práticas de prevenção e intervenção realizadas no campo da Psicologia para as vítimas de violência doméstica.

4. JUSTIFICATIVA

O presente estudo acadêmico se justifica diante da necessidade de compreender os desdobramentos da violência doméstica em seus variados contextos, além da influência que raça e gênero, carregados pelos pressupostos sociais atuais, podem trazer para uma situação de vulnerabilidade das mulheres que são vítimas.

Compreender que a violência contra a mulher advém de uma lógica patriarcal que possui um perfil traçado socialmente a características atribuídas a homens e mulheres e provém de uma construção cultural a qual se soma o preconceito racial torna se importante do ponto de contribuir com uma mudança gradativa na prática de domínio sobre as mulheres.

O aumento dos casos de violência doméstica que atinge um público específico de mulheres demonstra o quão fundamental é promover medidas que abranjam não apenas o desenvolvimento emocional e social dos envolvidos, mas também ações que busquem trazer referências de profissionais na atuação neste contexto.

Desta forma, este estudo fundamenta-se na importância de conhecer os aspectos que decorrem dos contextos e fenômenos de violência de gênero, assim como a capacitação e aperfeiçoamento do profissional de Psicologia na intervenção destas ocorrências, visando práticas de saúde assertivas e adequadas diante dessas vítimas e a redução da invisibilidade destes ciclos de violência.

5. MÉTODO

A metodologia compreendeu uma pesquisa qualitativa, onde os objetivos foram exploratórios e descritivos, através de levantamento bibliográfico para esclarecimento dos conteúdos abordados. Tomando por base os conteúdos da Psicanálise e da Psicologia Social, recorreu-se a autores e autoras clássicos que seguem: Sigmund Freud (1920-2006/1920-2011/1929-2011); Fábio Herrmann (2015); Silvia Tatiana Maurer Lane (1999); Denise Jodelet (1989-2004), Hannah

Arendt (1968-2022) e Judith Butler (2010-2018). Ainda sobre as referências, no âmbito contemporâneo recorreu-se a autores, autoras, manuais e legislação que seguem: legislação federal representada pela lei número 10.778 (2003 e pela lei Maria da Penha de número 11.340 (2006); Conselho Federal de Psicologia (2007, 2008 e 2012); Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - Crepop (2013); Ministério da Saúde pela Secretaria de Atenção à Saúde (2006); Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com o Ministério da Saúde (2022); Instituto de Pesquisa DataSenado (2021); Ana Fernanda Carnelosso Silva et al. (2020); Christiane Carrijo & Paloma Afonso Martins (2020); Cristina Rocha Dias (2022); Gabriela Cleusa Costa (2021); Guacira Lopes Louro (1998-2004/2018); Henrique José Leal Ferreira Rodrigues e Aluízio Lopes de Brito org. (2009); Idaiany Leite da Silva e Hellen Fonseca de Sousa da Costa Vale (2023) e João Victor Ponciano (2022).

Foram utilizadas as bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Pepsic (Periódicos Eletrônicos de Psicologia), através das palavras chaves: violência doméstica contra a mulher, mulher, psicanálise, psicologia social, RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), políticas públicas, racismo e interseccionalidade. O critério de período para seleção dos artigos foi a publicação a partir de 2020.

Para a análise dos dados bibliográficos levantados foi utilizado o método de pesquisa da análise de conteúdo fundamentado pela psicóloga Laurence Bardin [1977] (2011). Para Bardin, o centro do seu método é a análise do conteúdo por um olhar crítico a partir de diferentes fontes de informação e dados com foco na linguagem, ou seja, buscar o significado que está por trás das palavras.

A análise bibliográfica foi feita por meio de análise vertical das obras, onde cada um dos integrantes leu e analisou diversos artigos selecionados de maneira apartada mas com sinergia à temática de estudo. Após este processo, por meio da análise horizontal, buscou-se os pontos de intersecção chegando ao conteúdo final deste estudo (Moretto, 2012).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Violência doméstica contra a mulher: questões psicológicas a partir da teoria psicanalítica

A violência doméstica alcança mulheres de todas as idades, classes sociais, religião e níveis de escolaridade, porém alguns fatores tornam-se potencializadores desta situação, como a rede de saúde disponível, a conjuntura de apoio social, o histórico familiar e o acesso e garantia de direitos. Não se pode ignorar que os fatores mencionados direcionam o maior índice de violência aos menos favorecidos e vulneráveis, apesar de não ser condição excludente a todas as outras mulheres. Da mesma forma, elementos inversos tornam-se redutores das probabilidades do risco de violência, como bons relacionamentos familiares, fortes vínculos afetivos, suporte social, busca por ajuda de pessoas ou profissionais nas mais diversas áreas, autoestima elevada, capacidade financeira de sustento próprio e familiar e consciência de direito. Vale evidenciar, que mesmo não sendo estas razões para não haver condições de violência, estas tornam favorável ao sujeito o reconhecimento da violência e fomentam a capacidade de reestruturar-se.

Para Herrmann (2015), o que move o sujeito não se origina dele, mas de concepções de ideias que vem dos campos do inconsciente social e das percepções que se tem do mundo. Estas percepções são internalizadas no sujeito e fiscalizadas pelo superego, que baseia-se nas normas morais que se fixam nos primeiros anos de vida, e permeiam as ações durante toda a vida adulta. O ser humano é frágil em sua natureza e desejante de modo infinito. Este desejar é tão potente e impulsivo em sua vida, que o torna propenso a ceder, a causar sofrimento e dor em seres da própria espécie através de uma agressividade intraespecífica, apesar dessa característica ser inibida em seres considerados irracionais. Este mesmo desejo infinito, deriva numa insatisfação perante a realidade e coloca o sujeito em busca de uma satisfação constante, embora não saiba ao certo o que deseja, pois tampouco realizar todos os desejos é desejável.

Pode-se então traçar uma relativa comparação com o princípio de prazer de Freud [1920] (2006) no qual todos os eventos mentais são direcionados e regulados automaticamente por este princípio. É o responsável, portanto, por impulsionar e movimentar os desejos em busca de satisfação, quer pela produção de prazer, quer pela evitação do desprazer. Este processo contínuo, invariavelmente, busca a constância e a estabilidade psíquica.

Para Freud (2011) o homem é um ser social, sendo a psicanálise a ciência que trata deste homem, tanto individualmente quanto nas interações entre os

sujeitos. Através da psicanálise é possível entender os aspectos que foram desenvolvidos pela cultura patriarcal em relação às mulheres. Permite entender os elementos dessas fantasias coletivas, mostrando como as percepções e expectativas culturais do papel da mulher faz a história de cada indivíduo repetir a história da humanidade. Pelos conceitos freudianos, a função sexual da mulher dá preferência a uma conduta passiva, mas sem subestimar a organização social que faz o mesmo. A mulher tendo como premissa básica social a docilidade, tende por concepção social a se encaixar e desdobrar-se constantemente à adaptação, muitas vezes através do papel de mediadora de conflitos, colocando-se numa situação de reprimida, onde sua agressividade e impulsos devem ser rigidamente suprimidos socialmente. A supressão desta agressividade imposta intrinsecamente à mulher na sociedade acaba por muitas vezes transformando-se em inclinações destrutivas voltadas para dentro. É inegável que existem diferenças orgânicas e biológicas entre homens e mulheres, mas a cultura do patriarcado baseia-se nos valores decorrentes dessas diferenças. Pode-se assim interpretar que apesar do ambiente íntimo das relações familiares ser de fundamental importância no estabelecimento da submissão das mulheres ao regime opressor, a economia, política e tradições culturais efetuam a manutenção da escala hierárquica de privilégios e status social pré estabelecida em relação ao gênero.

Freud (2006) também explorou em sua obra a conexão entre repetição, pulsão de morte e o princípio do prazer, sugerindo que a tendência humana é repetir os comportamentos. Esta repetição é fundamental na constituição do psiquismo e é responsável por criar confiança em um ambiente previsível que se repete. Desta forma, diante do crescimento das tensões desagradáveis, é colocado em movimento um fenômeno que busca a redução dessa tensão, evitando o desprazer. As dificuldades surgem quando esta compulsão à repetição se liga à pulsão de morte, em situações de desprazer e sofrimento, buscando a mesma desintegração e a redução da tensão psíquica. Torna-se importante neste ponto evidenciar que o prazer citado, não trata-se necessariamente de uma situação prazerosa, mas de uma condição psicofísica da busca pela estabilidade, aqui vista como conceitual de constância e conservação aceitas pelo aparelho psíquico.

Conforme Silva e Vale (2023), a formação da personalidade, segundo a psicanálise, concentra-se nas relações interpessoais e na formação da personalidade nas figuras parentais. Em razão da cultura patriarcal, as mulheres são

consideradas “mulheres legítimas”, se permanecerem condicionadas à maternidade. Há o peso que a sociedade impõe sobre os papeis que o homem e a mulher devem atuar, influenciando como o indivíduo se enxerga. Com a psicanálise, é possível compreender como as primeiras experiências na relação mãe-filha influenciam na formação dos ideais femininos. Esses ideais são moldados inconscientemente pelos modelos masculino e feminino, que reforçam papeis masculinos de independência e femininos de dependência, cuidado com o outro e maternidade. As dinâmicas de gênero ou relacionamento não são estáticas, porém dependem da experiência individual de cada pessoa, além de fatores sociais e culturais.

Estes fatores de gênero são característicos em seu conceito, porém a forma como se elaboram associa-se ao desejo. Assim, toda a representação - consciente e inconsciente - os atravessamentos culturais colhidos através das gerações, ou através da exposição midiática da violência em psiquismos suscetíveis, são únicos e subjetivos a cada indivíduo. Logo, se partirmos do conceito que o “desejo” do outro é tão particular do sujeito, percebemos que as relações estabelecidas entre feminino e masculino internalizadas também o são, e podem levar, entre outros aspectos, à forma como cada um retrata o “objeto” do desejo. Em relações atravessadas pela violência, o conceito de poder pode coabitar com o de posse, e este ser direcionado à posição do feminino, colocando a “autoridade” do homem materializada em forma de controle, permitindo de forma errônea e naturalizada, que ameaças, medo e punições, sejam vistas como formas válidas de manutenção das regras impostas pelo homem, e que não devem ser desobedecidas pelas mulheres.

Em Ponciano (2022) pode-se compreender a relação estabelecida entre a psicanálise frente às discussões feministas, analisando como o poder nas relações entre homens e mulheres é o principal componente do machismo. A partir de um posicionamento de que na construção da identidade sociocultural de homens e mulheres, existe uma tendência fortemente inserida de que as mulheres atuem em uma posição de docilidade, dependência, fragilidade e insegurança, e que aos homens cabe um papel de força, sustento e não contato com seus sentimentos, é possível uma compreensão de como em algumas situações a posição da mulher e do feminino fazem parte da construção de uma identidade subjetiva, e das representações do outro e de seu próprio eu. Em uma criação cultural que induz a busca no outro do que falta no próprio sujeito, moldada no imaginário de uma fantasia coletiva, através de um ideal de cuidado, respeito, segurança emocional e

financeira a ser alcançada no outro, o signo de estar casada e ter um marido como provedor acaba na busca do ideal tradicional de mulher/mãe que pode levar mulheres a entregar ao parceiro a apropriação de seus sonhos, desejos e de suas vidas, como única condição para sustentar uma referência identificatória.

Desta forma o relacionamento que se inicia rápido e impulsivo pode apresentar traços de um relacionamento abusivo. A mulher é anulada, passa a existir apenas dentro do relacionamento conjugal, afasta-se de duas relações importantes, de sua identidade pessoal, torna-se um sujeito passivo, pois a violência lhe furta a condição de pensar, sentir e desejar. O desejo do outro, ao indicar a posição de objeto, distancia o sujeito da condição fundamental do desejo, inerente à condição humana. Pode-se compreender a partir destes conceitos apresentados, que as relações parentais e suas percepções formadas na infância, conduz de forma a induzir o indivíduo a agir por muitas vezes conforme o esperado por uma regra coletiva. Esta regra acaba por causar um movimento em que o sujeito sente, age e pensa de forma diferente do que pensaria, sentiria e agiria individualmente. O ser humano em sua essência tem necessidade de pertencer, busca a felicidade e a encontra na convivência humana.

Nota-se então fatores que influenciam diretamente o sujeito na aceitação da desaceleração de impulsos pessoais em favor de enquadrar-se, muitas vezes através de um regramento autoritário, à situações que mesmo permeadas de agressividade, trazem a ilusão da realização dos desejos humanos em benefício da manutenção de seu pertencimento. Não busca-se aqui ignorar as diferenças entre a busca da satisfação dos desejos - inerente à condição humana - e as anulações de sua capacidade de exercer sua individualidade, mas reconhecer a importância de elementos psicológicos no comportamento, muitas vezes reconhecido como sendo de passividade diante da violência, mas que carregam a compreensão do desejo de um controle inconsciente que acaba por isentar do peso que advém da necessidade da independência quer seja financeira, emocional ou psíquica.

Neste contexto, Teixeira e Paiva (2021) identificam sob a perspectiva do adoecimento decorrente da violência social, que a demanda nos Centros de Atenção englobam em sua maioria o trabalhar com as consequências da violência sofrida de forma que, depressão, estresse pós-traumático e transtornos são comuns, porém estes normalmente são explicados por origem biológica, embora as agressões e os silenciamentos estejam intrinsecamente relacionados aos sintomas

psicopatológicos resultantes da violência sofrida. Cabe então ao atendimento psicológico e com outros profissionais a tarefa de atuar acolhendo, interpretando e compreendendo os resultados trazidos da exposição à violência. Logo, a violência, quer psicológica, física, patrimonial ou moral, constitui parte do que facilita a compreensão de que a diferença de gênero representa um aspecto significativo frente à condição de desigualdade da mulher em nossa sociedade.

6.2 Gênero e racismo: um olhar social sobre a violência doméstica contra a mulher

Por muitas décadas os conceitos de gênero e sexo foram tratados de maneira homogênea dentro da psicologia inclusive na psicologia social. De acordo com o Strey (2013), a partir da crise da psicologia social somada aos movimentos feministas que viveram seu apogeu no século XX, as diferentes áreas de estudo da psicologia passaram a estabelecer um olhar histórico, social e cultural para compreender o que é gênero. Para a autora, sexo não é gênero e ser uma fêmea não necessariamente significa ser mulher assim como ser um macho não necessariamente significa ser homem. O sexo remete a características fisiológicas da reprodução biológica das espécies e essas diferenças são encontradas em todos os mamíferos.

Na construção da identidade sociocultural, homens e meninos são ensinados em sua grande maioria a não entrar em contato com seus sentimentos, aproximando-se e espelhando-se na figura paterna. No contraponto, as mulheres e meninas são levadas a identificarem-se com a mãe e suas características tidas socialmente como femininas de dependência, fragilidade, insegurança e docilidade. Estes papeis de formação na infância são reforçados durante a vida através da escola, família, amigos e meios de comunicação. Esta visão de diferenciação entre os gêneros remonta a história da civilização e podem ser pontos iniciais para comportamentos violentos por parte de homens contra mulheres, atravessados pela construção de uma estrutura psíquica que alicerçada numa sociedade de dominação e submissão.

De acordo com o Lane (1999), os humanos diferentemente do restante dos mamíferos passaram a interpretar e dar uma nova dimensão as questões sexuais através de uma simbolização social do gênero, derivando em diferenças do conceito

de sexo. É importante pontuar que na existência humana, as diferenças sexuais são físicas e as questões de gênero são socialmente construídas, ser um homem ou ser uma mulher ou ainda existir sem atribuir-se um o gênero binário, está presente na vida do sujeito de maneira social e histórica. Essa construção também é atravessada pelos papeis em que esses gêneros são colocados dentro das relações sociais, econômicas e históricas.

Segundo Butler (2010), o gênero é visto como um meio de reforçar as regras que definem os corpos e estabelecem as condições para o surgimento e identificação do ser humano, ao mesmo tempo que ressalta a existência de vidas impossíveis e inaceitáveis. A imposição da heterossexualidade compulsória leva à busca por se adequar às normas, mesmo diante das características físicas e potencialidades dos corpos, que são influenciadas por diversas outras forças.

Segundo Louro [1998] (2004), a sociedade estabelece uma estrutura na qual os corpos são vistos como possuidores de características inatas desde o nascimento, como se a sexualidade fosse construída em uma superfície já existente, independente da cultura.

Também de acordo com Strey (2013) é a partir deste ponto que se faz necessário conhecer como mulheres e homens são socialmente construídos e como se dão as categorias simbólicas da construção do gênero dentro de uma dialética entre o que é concreto e o que é explicativo dentro de um contexto e momento específico. A autora também soma o conceito de patriarcado como uma forma de hierarquia entre homens e mulheres, onde os homens são detentores do poder e as mulheres acabam por ser subordinadas a isso.

O conceito de gênero mostrou-se fundamental na temática da violência doméstica contra as mulheres, pois o papel ocupado por elas na sociedade está intrinsecamente ligada à construção social do gênero feminino. Tomando por base uma sociedade com valores muitas vezes machistas e até mesmo misóginos, a mulher é por vezes vista como sujeito de segunda classe, detentora de direitos menores, um personagem secundário e invisibilizado de maneira cíclica e recorrente por uma sociedade ainda dominada por homens, tendo sua voz silenciada pelas relações de poder do patriarcado. Por vezes “ser homem” é ser ensinado e compreender o seu papel como detentor de um poder maior de controle das relações entre homens e mulheres.

Conforme Silva e Vale (2023), diante de uma sociedade patriarcal, a adaptação da mulher é necessária para que o ideal social continue a funcionar, ideal este, redigido e editado por homens. Em uma sociedade onde a mulher se conceitua a servir o homem, e este, embora não possua incentivo a demonstrar sentimentos tampouco é impelido a suprimir sua agressividade e cabe o papel de responsabilizar-se pelo respeito e cuidado justificando de forma incorreta o uso de sua força, em interesse de uma reorganização da sociedade familiar.

Neste contexto, o ciúme exacerbado e violento, o isolamento através do cárcere, a dominação e outras formas de abuso, são tidos por este homem como normas de controle para fins de reenquadramento da mulher no papel que lhe cabe enquanto sua sexualidade e função socialmente construída.

Soma-se as questões dos papeis sociais dos gêneros nas diferentes sociedades, a interseccionalidade das mulheres negras. De acordo com Carrijo e Martins (2020) nossa sociedade vive o ideal de brancura que atravessa a subjetividade de mulheres negras vítimas de violência doméstica. A violência racista explora e esvai o potencial criativo e de prazer dessas mulheres acometidas por este processo somado a violência de gênero. O racismo e o machismo ocupam um lugar de desumanização das mulheres transformadas em coisas e objetos.

Diante da compreensão de conceitos abordados Carrijo e Martins (2020), é possível afirmar que a mulher negra é sufocada pelos processos da violência doméstica numa sociedade que não a reconhece como capaz, autônoma e até mesmo bonita. Essa mulher é violentada de diferentes formas e ao buscar apoio, encontra-se sozinha e desamparada frente ao papel que a sociedade subjuga a negritude feminina.

Carrijo e Martins (2020) realizaram entrevistas individuais por meio de pesquisa qualitativa com três participantes, onde o critério foi: mulheres negras e vítimas de violência. Todas as participantes sofreram diferentes tipos de violência como transgeracional, verbal, física, psicológica e ainda contavam com algum histórico de violência familiar. Foram encontrados também relatos de violência patrimonial, tortura e violência sexual. Nas falas da entrevistadas identificou-se que a identidade racial ainda é um conceito pouco estabelecido, para essas mulheres os traços da negritude as afastam dos ideais sociais da beleza branca. Em seus relatos falam do desejo de afinar o nariz e alisar o cabelo, buscando uma autoimagem mais próxima à branquitude.

De acordo com Dias (2022), a teoria de Freud no período pós-guerra busca estabelecer o papel da psicanálise frente à cultura e o mal-estar subjetivo do sujeito em relação ao sofrimento psíquico. Reflete acerca da psicologia individual frente a social e das massas, estando de um lado o sujeito em busca de uma satisfação pulsional e do outro a sua relação com os outros. Compreende que quando se olha o funcionamento da massa versus o Eu destaca-se a ligação dos indivíduos com essa massa e a maneira como essa relação pode modificar o seu comportamento, sua capacidade crítica e até um apagamento da sua singularidade frente às tradições sociais. Essa abdicação se sustenta na necessidade dos indivíduos construírem laços sociais marcados por afetos. Nos conceitos freudianos esses elementos se sustentam através do amor recuperado pela libido e afetividade como pulsões. Dessa maneira, essas dinâmicas que acabam por formar a identidade dos sujeitos estabelecem relações amorosas de desejo e reconhecimento.

Quando vivemos numa sociedade onde o esteriótipo do branco europeu ocupa a representação de sucesso, beleza e supremacia, e os negros e indígenas ocupam o papel de povos esquecidos, escravizados, subjugados e inferiorizados, compreende-se o processo que o racismo estabelece na introjeção das identidades do sujeitos. Percebe-se que os grupos minorizados acabam silenciados e reprimidos pela normatividade da branquitude. Soma-se a essa representação social dos grupos minorizados e do papel da mulher na sociedade, a interseccionalidade que as mulheres negras são atravessadas nos processos de violência doméstica ocupando um lugar em que a cor da sua pele, o seu tipo de cabelo, o ser mulher e a história de seus antepassados, são colocadas por nossa sociedade misógina e patriarcal, como justificativas da violência a que seus corpos são submetidos.

6.3 Atuação e possibilidades de intervenção psicológica no apoio à vítimas de violência doméstica contra a mulher

6.3.1 A atenção primária à saúde da mulher em situação de violência

Conforme citado na cartilha do Crepop (2013), o atendimento primário às mulheres vítimas de violência doméstica deve ser efetuado com acolhimento seguro, com escuta qualificada, o estabelecimento de vínculo, encaminhamentos assertivos e resolutivos e estabelecer estratégias de cuidado. Esse acolhimento envolve estar

com ela, estar ali por ela, oferecer uma escuta ativa, cuidadosa, evitando a culpabilização e a revitimização, isenta de preconceitos, julgamentos, sem querer influenciar, acelerar processos, respeitando sempre seus valores morais, suas crenças, os aspectos socioculturais, históricos e econômicos. Em todos os momentos devem ser respeitados os direitos, a individualidade e a autonomia das mulheres vítimas de violências. Preservando todas as identidades em todas as esferas, públicas e privadas, bem como deve ser respeitada sua vontade de não ter compartilhado sua história junto a familiares ou terceiros. Desta forma os objetivos do acolhimento às vítimas são: abrigar a vítima, incluí-la, ampará-la, estar com e por ela, ter uma escuta qualificada e atenta, compreender a demanda em toda a complexidade, ofertar os serviços da rede e encaminhar ao serviço escolhido a partir da sua necessidade.

É parte do profissional da atenção primária à saúde identificar e lidar com situações de violência, e fornecer cuidados médicos à mulher exposta a essa violência, além de reconhecer os sinais de violência física, emocional ou sexual nos pacientes, oferecendo apoio apropriado. Encaminhando os pacientes para os serviços especializados e acionando uma rede de apoio multidisciplinar, assistentes sociais, psicólogas e serviços jurídicos, que visam garantir a assistência necessária para a mulher em situação de violência doméstica. O profissional deve estar comprometido em reconhecer esses sinais e os impactos significativos que a violência pode ter na saúde física e mental dos indivíduos, e agir proativamente para garantir a proteção e o bem-estar dos pacientes e ajudá-los a superar essas situações.

De acordo com Silva et al. (2020), há uma invisibilidade da violência contra as mulheres em alguns setores da saúde, devido a esses serviços não terem ferramentas suficientes para detectar o problema, resultando em respostas inadequadas ao serviços de saúde, e que muitas vezes tratam os sintomas das doenças e não abordam as causas de violência. As consequências diretas que essas mulheres sofrem, são muito diretas, trazendo traumas físicos e tentativas de suicídio, e algumas mulheres não conseguem buscar o serviço de saúde por medo, e para não expor os sinais de violência que sofrem.

Compreende-se que a atenção primária à saúde é fundamental na abordagem da violência contra as mulheres, oferecendo oportunidades estratégicas para a prevenção, reflexão e orientação. Devido à sua ampla cobertura e proximidade com

as comunidades, as unidades básicas de saúde têm a capacidade de identificar e acolher precocemente casos de violência, antes que esses se tornem mais graves.

Além disso, é importante que as equipes dos equipamentos de saúde preparem-se para oferecer suporte às mulheres em situação de violência por meio de estratégias diversas. Isso pode incluir a divulgação da disponibilidade de apoio através de cartazes, banners e comunicação direta com a comunidade. Também é sugerido criar espaços e grupos de apoio psicossocial para que as mulheres possam compartilhar suas experiências e expectativas em um ambiente seguro e solidário.

É fundamental que os profissionais de saúde evitem julgamentos e se concentrem em oferecer informações, respeitar a privacidade e confidencialidade das mulheres, colaborando na elaboração de um plano de cuidados individualizado. Esse plano deve levar em consideração suas decisões e preferências, visando fornecer o suporte necessário para que possam enfrentar a situação de violência de maneira segura e eficaz.

É incumbência dos profissionais de saúde relatar os casos de violência que chegam aos serviços de saúde, independentemente de serem suspeitos ou confirmados. Essa medida é crucial para destacar o problema e coletar dados que podem informar políticas de prevenção e combate à violência.

Conforme estipulado pela Lei 10.778 (BRASIL, 2003), tanto pessoas físicas quanto entidades, públicas ou privadas, têm a obrigação de notificar casos de violência. Isso inclui diversos profissionais de saúde, como médicos, dentistas, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, psicólogas, além dos estabelecimentos de saúde, como postos de saúde, clínicas e hospitais.

Para fortalecer essa prática, o Ministério da Saúde implementou o sistema de notificação em 2006, com o objetivo de proteger as vítimas, não de denunciá-las ou puni-las. O Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) foi estabelecido para integrar esse sistema ao SUS. Atualmente, a notificação da violência faz parte do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), que possui uma ficha específica para casos de violência interpessoal e autoprovocada. Através do SINAN, é possível produzir relatórios detalhados sobre os casos de violência, fornecendo informações essenciais sobre os tipos de violência, o perfil das vítimas e os possíveis agressores (Brasil, 2010).

É importante ressaltar que apenas ter leis e sistemas de registro não garante que os profissionais de saúde notifiquem automaticamente os casos de violência. É

necessário conscientizá-los sobre a importância da notificação, superar ideias preconcebidas e fornecer a devida formação para que estejam aptos a identificar e notificar casos de violência. Além disso, é fundamental que o atendimento oferecido seja de qualidade, com encorajamento, informações precisas e ausência de julgamento, para que as vítimas se sintam confortáveis para falar sobre a violência que enfrentam. É essencial capacitar as mulheres em situação de violência para que possam tomar decisões baseadas em sua realidade, fornecendo-lhes informações e opções de assistência para que possam fazer escolhas informadas sobre como lidar com sua situação. Em suma, a atenção primária à saúde desempenha um papel vital na abordagem da violência contra as mulheres, fornecendo não apenas cuidados médicos, mas também apoio emocional e encaminhamento para serviços especializados. Sendo fundamental que os profissionais de saúde estejam preparados para identificar sinais de violência e oferecer um ambiente acolhedor e respeitoso para as vítimas. Além disso, a notificação adequada dos casos de violência é crucial para informar políticas de prevenção e intervenção. Portanto, investir em estratégias para fortalecer a capacidade dos serviços de saúde na abordagem da violência contra as mulheres é fundamental para garantir a proteção e o bem-estar das vítimas e para promover uma sociedade mais justa e segura para todos.

6.3.1.1 Redes de apoio e atenção à saúde da mulher em situação de violência.

De acordo com o Ministério da Saúde (2006), com o desenvolvimento do documento “Matriz pedagógica para a formação de Redes”, define-se redes como “conjuntos articulados dentro da sociedade, que servem como portas de entrada, acompanhamento e auxílio na reinserção das vítimas de violência ao cotidiano”. As redes que envolvem o profissional de psicologia no suporte a mulheres que sofrem violência doméstica, são exemplificadas no Guia de Orientações Técnicas para Psicólogos atuarem em Programas de Assistência à Mulher em situação de Violência (CFP; Crepop, 2013), destacando os serviços de Saúde, que englobam os programas de saúde familiar (PSF), postos de saúde da família, Unidades Básicas de Saúde (UBS), hospitais, entre outros.

De acordo com os fluxos estabelecidos pelo Ministério da Saúde (2006), são os modos de organizar as ações dentro dos programas e serviços que permitem a

delimitação das ações a serem desenvolvidas no atendimento das mulheres em situação de violência dentro da rede e das instituições, fundamental para humanização do atendimento, evitando relatos e exposição sucessivas e desnecessárias, gerando constrangimentos, que podem inclusive levar as mulheres a desistir da iniciativa de procura de apoio e ajuda profissional.

Segundo o Guia para o manejo de situações de violência doméstica contra a mulher na APS (Atenção Primária de Saúde) organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com o Ministério da Saúde (2022), a rede de enfrentamento a violência envolve toda a sociedade, entidades governamentais, instituições de ensino, ONGS entre outras e visa a promoção de ambientes saudáveis, atuando na prevenção da violência, na atenção às vítimas. Essa rede ainda é responsável por executar ações que informem e provoquem reflexões na comunidade e por medidas de atenção que assegurem portas abertas nos serviços de saúde, assistência social, segurança e justiça buscando a redução dos atos violentos. As redes são formadas pelas Unidades de Atenção Primária à Saúde: UBSs, Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), consultórios na rua, hospitais, urgências e emergências, Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), somados a Rede Intersetorial: Central de Atendimento à Mulher 180, ONGs, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), entre muitas outras. O ingresso da mulher na rede de assistência começa na primeira unidade procurada por ela, ao chegar para ser atendida e diante dos passos que escolher trilhar na rede frente às suas necessidades, acompanhada pelo profissional que a encaminhou, ficando este responsável por acompanhar sua trajetória, evitando novos e diferentes contatos necessários que podem gerar um ciclo de revitimização da mulher. Pode ser realizado um formulário de referência e contrarreferência para os encaminhamentos, sempre atentando para as questões éticas e sigilosas. É fundamental que a rede se conheça, enquanto equipamentos e enquanto profissionais para que haja maior coesão e eficácia no acompanhamento dos casos.

Vale salientar que de acordo com a portaria GM/MS nº 78 de 18 de janeiro de 2021, a unidade de saúde deve comunicar às autoridades policiais em até 24 horas as situações de violência contra a mulher encaminhando às autoridades uma ficha de comunicação. No caso de estupro, se a mulher não tiver procurado um serviço de

saúde, é necessário encaminhá-la imediatamente para que realize os exames e o tome os remédios para não contrair infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e, se for o caso, interromper a gravidez mesmo sem boletim de ocorrência.

Ainda de acordo com o Guia para o manejo de situações de violência doméstica contra a mulher na APS (UFSC - Ministério da Saúde, 2022), é necessário que profissionais dos serviços construam coletivamente o fluxo de atendimento que melhor retrate a realidade da rede local e seja inclusivo, considerando todas as possibilidades de acesso. O acesso a qualquer serviço da rede de atendimento pode ocorrer independente do boletim de ocorrência, pois não é necessária a apresentação do mesmo, inclusive para a realização do aborto previsto em lei. Os fluxos de atendimento devem ser construídos de forma colaborativa, envolvendo não apenas profissionais dos serviços, mas também representantes da comunidade e, especialmente, as próprias mulheres em situação de violência. A participação ativa dessas mulheres na definição dos fluxos de atendimento é essencial para garantir que estes reflitam adequadamente suas necessidades e realidades específicas, bem como para promover um sentido de empoderamento e autonomia. Os serviços articulados da rede de atenção devem ser de fácil acesso, o fluxo deve ser construído por serviços que estejam dentro e fora da comunidade como as referências de justiça, saúde, segurança e assistência social. Sugere-se que seja elaborado um documento, uma nota, um manual que ofereça todos os serviços e caminhos disponíveis, esse documento deve ser distribuído à comunidade, aos meios de comunicação e a todos os envolvidos na rede para que todos saibam como agir.

Compreende-se que a invisibilidade da violência ocorre por uma preocupação em cuidar dos sintomas e não usarem instrumentos capazes de identificar o problema, portanto perguntas corretas com base em sintomas psicológicos e antecedentes, além de características pessoais, podem dar o enfoque necessário para o desenvolvimento de ações de prevenção e orientação. Espaços e grupos de atenção psicossocial também podem trazer conhecimento sobre a necessidade de orientação sobre o tema, inclusive entre jovens, onde muitas vezes comportamentos agressivos são vistos já na escola. A notificação da violência também faz parte do atendimento recebido pelo profissional da saúde, além de incentivar iniciativas que busquem soluções, estabelecendo o vínculo com as mulheres em situação de violência doméstica. Este reconhecimento de situações de violência doméstica deve

ser feito pela equipe e atenção primária e deve garantir medidas de atenção que garantam acesso a serviços de saúde, assistência social, segurança e justiça para redução de atos violentos, e o início deste caminho começa quando a mulher rompe o silêncio e deve-se trabalhar de forma interdisciplinar com estratégias que visem o fortalecimento e cuidado. Neste ponto, o profissional de psicologia contribui no apoio às mulheres e à equipe que trabalha a atenção das pessoas em situação de violência. Novas estratégias se desenvolvem constantemente para o cuidado e apoio às mulheres nesta situação, mas é fundamental conhecer quem são os profissionais de referência e como atuam em situações de violência doméstica.

6.3.2 A atuação e intervenção psicológica

O “Relatório descritivo da pesquisa sobre prática profissional de psicólogos em Programas de atenção à mulher em situação de violência” do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop, 2013 - CFP), apresenta uma análise sobre o papel desempenhado pela psicologia diante das questões que envolvem as mulheres, trazendo uma investigação sobre as diversas correntes teóricas que tratam da vivência feminina, da construção social do gênero, das disparidades de gênero e das problemáticas específicas de saúde mental que impactam as mulheres. Além disso, inclui uma avaliação crítica das abordagens psicológicas já existentes e das políticas públicas voltadas para as mulheres, juntamente com uma reflexão acerca do feminismo e do empoderamento feminino no campo da Psicologia.

Segundo a Pesquisa sobre as Práticas da(o) Psicóloga(o) em Programas de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, realizada em 2008 pelo Crepop, de forma geral, as (os) participantes dos grupos realizados nas diferentes unidades regionais descreveram as atividades da Psicologia como focadas principalmente no acolhimento, na avaliação, na elaboração de laudos e pareceres, nos atendimentos individuais e em grupo e no encaminhamento da mulher aos demais serviços da rede. Esses profissionais prestam assistência a mulheres em situação de violência em vários contextos - como violência sexual, doméstica, física e psicológica, também suporte ao agressor, dependendo das necessidades específicas do local onde atuam. Além disso, é comum atender um público que não se limita apenas às mulheres, mas também outras vítimas de violência de acordo com as demandas do

serviço ou com as próprias escolhas e perspectivas dos profissionais. As psicólogas podem trabalhar em colaboração com outros profissionais, como assistentes sociais, educadores e profissionais de saúde, para fortalecer as redes de apoio existentes nas comunidades, envolvendo o desenvolvimento de programas de intervenção precoce, o fornecimento de recursos e suporte emocional, e a promoção de uma cultura de solidariedade e cuidado mútuo. Compreende-se que o trabalho da psicóloga na rede que atua com a violência doméstica contra a mulher é crucial para oferecer suporte emocional, intervenção terapêutica e orientação para mulheres que sofrem violência, bem como para suas famílias.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia - CFP (2007), os fundamentos orientadores da atuação dos psicólogos e psicólogas são o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) e os compromissos legais assumidos pelo Brasil. Dessa forma, compreende-se ser essencial valorizar a colaboração em equipes multidisciplinares, levando em consideração as particularidades envolvidas no combate à violência. A psicóloga deve ter em mente que a violência contra as mulheres é, acima de tudo, uma violação dos direitos humanos, sendo o gênero um aspecto central para sua compreensão. É fundamental que todas as estratégias de intervenção baseiam-se na promoção do empoderamento feminino e na compreensão ampla da violência, resultante das disparidades aceitas e perpetuadas em diversas culturas.

Compreende-se que a atuação de psicólogas e psicólogos junto a mulheres vítimas de violência doméstica deve ser pautada no respeito ao código de ética da profissão, sendo fundamental valorizar e reconhecer a colaboração da equipe multidisciplinar, levando em conta as particularidades e a complexidade do problema da violência. A partir deste contexto as principais atividades abordadas pelo documento de Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência, do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2012), para psicólogas e psicólogas nessa frente são: acolhimento; planejamento de atuação e atendimento; encaminhamento; acompanhamento; estudo de caso; atendimento psicológico; trabalhos em grupo; e outras atividades.

Sobre o acolhimento, de acordo com a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), o acolhimento como ato ou efeito de acolher implica, em suas várias definições, uma ação de aproximação, um “estar com” e “perto de”, ou seja, uma atitude de inclusão. Essa abordagem tem como objetivo principal oferecer suporte e orientação para que

a mulher possa buscar ajuda e romper com o ciclo de violência em que está inserida, garantindo que se sinta segura e acolhida, proporcionando um espaço de confiança e respeito para expressar suas emoções e vivências. Promove também a autonomia e fortalecimento da mulher, contribuindo para que ela possa reconstruir sua vida longe da violência. O atendimento prestado pelas equipes pode demonstrar que suas necessidades estão sendo atentamente ouvidas, acolhidas e tratadas com respeito, mantendo a confidencialidade e zelo necessários. No contexto do primeiro contato, a recepção se torna crucial para a continuidade do vínculo da mulher com a rede de apoio e para sua satisfação com o atendimento, a importância de ser acolhida sem críticas é fundamental. Neste instante, a mulher pode sentir dificuldade em confiar em indivíduos, devido a todas as peculiaridades presentes nesse cenário. A discrição é fundamental e essencial nesse tipo de serviço. É importante ter em mente o quão desafiador pode ser para a mulher estar nessa situação, frequentemente como vítima, e sujeita a diversos trâmites legais e a influências da família e da comunidade.

Sobre o planejamento de atuação e atendimento, este se faz um processo que requer uma abordagem interdisciplinar, somando a assistência médica e psicológica, à assistência social, jurídica e educacional, visando garantir a proteção total dos direitos das mulheres. A abordagem inovadora, busca integrar diferentes áreas do conhecimento para promover uma visão mais abrangente, completa e transdisciplinar, ampliando as possibilidades de solução de problemas e o desenvolvimento de novas ideias, permitindo uma visão mais holística e integrada das questões. Cada profissional atua em sua área específica, porém todos trabalham juntos com o propósito de fornecer um atendimento personalizado que considere a mulher em todos os seus aspectos.

Nos encaminhamentos, a orientação é fundamental para conduzir as pessoas atendidas em um determinado serviço para outro dentro da rede. É essencial conhecer os serviços parceiros, suas funções e habilidades, além do perfil do público atendido, estabelecendo contato prévio com os profissionais da instituição de destino para garantir o atendimento. Os encaminhamentos na rede não devem ser vistos como transferência de responsabilidade, mas sim como uma forma de acolhimento dos serviços, que buscam promover e facilitar a orientação de mulheres em situação de violência, seguindo a lógica da integralidade. Já nos acompanhamentos, implica-se acompanhar estes encaminhamentos feitos para

outras políticas e serviços setoriais da rede, consistindo em observar o atendimento que está em andamento em outros serviços e ações planejadas. É essencial considerar que, além das medidas de atendimento, é necessário ajustar o acompanhamento às necessidades das mulheres, contribuindo para a organização dos recursos necessários. Não se trata apenas de intervenções técnicas, mas também de integração entre os membros da equipe e os diferentes segmentos da sociedade, ou seja, o desenvolvimento de redes que tornem possíveis ações concretas.

No campo dos estudos de caso remete-se a um método essencial para orientar as ações no atendimento, pois é nesse momento que a equipe elabora estratégias para cada situação, proporcionando entendimento e preparo para lidar com casos semelhantes. As reuniões em grupo são fundamentais para a troca de experiências e para lidar com os desafios e pressões do ambiente de trabalho, buscando para cada demanda um planejamento personalizado. A elaboração desse projeto pode ser feita em encontros semanais de colaboradores, de acordo com a estrutura da empresa e após a conclusão da avaliação social e dos primeiros atendimentos, torna-se viável obter uma noção inicial das carências e das orientações que podem ser providenciadas. Recomenda-se que a avaliação dos atendimentos seja feita de forma colaborativa, com a participação e discussão dos especialistas de diferentes setores da equipe e que em cada ocasião, um integrante do grupo assuma a tarefa de expor o problema a ser debatido e avaliado por todos os participantes.

Apesar dos serviços de atenção à mulher em situação de violência não terem normatizado a produção de documentos formais para atendimento de demandas externas, a exemplo do que ocorre com o judiciário, há a possibilidade de, dependendo da complexidade do serviço, alguns dados serem solicitados às psicólogas(os). A pesquisa do Crepop (2008) aponta que, dentre os integrantes dessa rede, os serviços do judiciário são os que mais solicitam esse tipo de documento. Nestes casos deverá o profissional elaborar o documento preservando a relação de confiabilidade e sigilo com a atendida, conforme previsto no Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005).

Sobre o trabalho em grupo, de acordo com Conselho Federal de Psicologia (CFP 2012), trata-se de um mecanismo eficaz de interação entre pessoas, experiências e interpretações, colocando o indivíduo como protagonista do seu

próprio crescimento, onde vivencia-se e exerce seus direitos. Além disso, a troca de dados, emoções e saberes entre os participantes caminha em direção à autonomia e à resolução de situações delicadas. No trabalho em conjunto, a variedade é encarada como uma ferramenta coletiva e de evolução pessoal. Assim como em outras formas de assistência psicossocial, o trabalho em grupo leva em consideração a trajetória do indivíduo, seus talentos, conceitos a desenvolver, a fim de criar estratégias e planos de vida de maneira coletiva. Durante esse processo, a mulher pode analisar os motivos que a levaram a enfrentar situações vulneráveis e abusivas, considerando suas circunstâncias atuais e outras realidades, avaliando os auxílios e oportunidades disponíveis (educação, mercado de trabalho, etc.). Dentre as atividades a serem realizadas em grupo, destacam-se workshops temáticos, grupos de operação e grupos reflexivos como recursos para abordar pautas específicas: direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos, violação de direitos, relações familiares, laços amorosos, reintegração familiar, políticas governamentais, independência financeira e outros temas.

No campo do atendimento psicológico, define-se como a ação de cuidar da mulher por meio de atividades ligadas à organização do trabalho técnico em cada campo do saber envolvido (CFP, 2012). A psicóloga deve proporcionar uma escuta cuidadosa, permitindo a revelação de significados. Diversas autoras e autores abordam o tema da violência, sua manifestação e a intervenção de figuras institucionais na estrutura familiar, elementos que podem impactar nos laços emocionais, na dinâmica familiar e na vida da mulher. É essencial que a equipe esteja sensível à possibilidade de necessidade de acompanhamento psicoterapêutico em determinadas situações. Essa responsabilidade é das políticas de saúde pública, visto que os danos causados pela violência também devem ser tratados no âmbito da saúde mental através de encaminhamentos adequados.

De acordo com Rodrigues org. et al. (2009) a psicoterapia como prática da(o) psicóloga(o) sistematizada e controlada por métodos e técnicas psicológicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissional. O suporte psicossocial tem se destacado como a principal opção nesse aspecto. Contudo, é frequente a confusão entre a abordagem psicossocial e a psicoterapia. O que diferencia uma abordagem da outra são principalmente os métodos de intervenção e as metas estabelecidas. Na perspectiva psicossocial, são organizadas ações de assistência e proteção que visam possibilitar condições para superar a violação de

direitos. A psicóloga que está a cargo do atendimento precisa analisar as particularidades de cada situação para determinar se a melhor opção é encaminhar para um serviço de saúde mental ou se é mais adequado propor uma série de intervenções psicossociais dentro do plano terapêutico. A abordagem psicossocial tem o potencial de enriquecer o trabalho profissional, uma vez que considera a dinâmica social na qual o indivíduo está envolvido.

Dessa forma, compreende-se como fundamental garantir um atendimento sigiloso e acolhedor, respeitando a autonomia e individualidade de cada mulher, promovendo um ambiente seguro e empático para o desenvolvimento do processo terapêutico, sendo essa abordagem centrada na mulher essencial para garantir a eficácia do trabalho psicológico nesse contexto específico. Entretanto, é importante considerar que a questão da violência deve também abranger o agressor em um espaço dedicado a ele, conforme determinado pela Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Até o momento, essa medida não foi adotada como política pública na rede de combate à violência, apesar de existirem projetos relacionados ao terceiro setor com os realizados pelo Instituto Noos e pelo Núcleo de Atenção à Violência (NAV), organizações pioneiras em projetos de apoio a homens perpetuadores de violência contra mulheres.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base o objetivo central deste trabalho acadêmico sobre estudar estudar a respeito das questões psicossociais envolvidas nos processos de violência doméstica contra mulheres a partir de alguns conceitos psicanalíticos e da Psicologia Social, dentre os resultados, verificou-se que as percepções do mundo são internalizadas no sujeito e monitoradas pelo superego, que se baseia nas normas morais estabelecidas nos primeiros anos de vida e que influenciam as ações ao longo da vida adulta. A natureza humana é frágil e movida por um desejo infinito. Este desejar é tão potente e impulsivo em sua vida, que pode levar com que o indivíduo cause sofrimento e dor a outros sujeitos através dessa agressividade. Esse mesmo desejo infinito, gera insatisfação diante da realidade e leva o sujeito a buscar constantemente satisfação, embora ele não saiba exatamente o que deseja, pois nem todos os desejos são desejáveis. Diante destes conceitos, foi possível realizar uma comparação relativa com o princípio de prazer, que direciona e regula

automaticamente todos os eventos mentais, sendo responsável por impulsionar e direcionar os desejos em busca de satisfação, seja através da obtenção de prazer ou da evitação de desconforto. Esse processo contínuo busca constantemente a estabilidade e o equilíbrio psíquico.

Compreende-se que a formação da personalidade é influenciada pelas relações interpessoais e pela figura dos pais. A sociedade impõe expectativas sobre os papeis de homens e mulheres, o que afeta a maneira como as pessoas se percebem. A psicanálise evidencia como as primeiras experiências na relação mãe-filha influenciam na construção dos ideais femininos. Esses ideais são moldados de forma inconsciente pelos modelos masculino e feminino, reforçando os papeis de independência para os homens e de dependência, cuidado com os outros e maternidade para as mulheres. No entanto, as dinâmicas de gênero e relacionamento não são fixas e variam de acordo com a experiência individual de cada pessoa, bem como fatores sociais e culturais.

Estes fatores de gênero estão relacionados ao conceito de desejo, que é influenciado por representações conscientes e inconscientes, bem como pelos atravessamentos culturais transmitidos ao longo das gerações e influenciados pela exposição midiática da violência em indivíduos suscetíveis. Cada pessoa possui uma relação única e subjetiva com o desejo do outro. Dessa forma, as relações internalizadas entre o feminino e o masculino também são individuais e podem influenciar, entre outros aspectos, como cada indivíduo retrata o objeto do desejo. Em relacionamentos marcados pela violência, o conceito de poder pode misturar-se e somar-se com o de posse, direcionado especialmente ao feminino. Isso coloca a "autoridade" do homem como uma forma de controle, permitindo erroneamente e de forma naturalizada que ameaças, medos e punições sejam vistas como válidas para manter as regras impostas pelo homem, as quais as mulheres devem desobedecer.

Observou-se que este fatores que afetam diretamente o indivíduo e o levam a aceitar a supressão de impulsos pessoais, muitas vezes em favor de se conformar a situações que, mesmo marcadas por agressividade, iludem uma realização dos desejos humanos em troca da manutenção do senso de pertencimento. Não foi pretensão deste estudo ignorar as diferenças entre a busca pela satisfação dos desejos, inerente à condição humana, e a anulação da capacidade de exercer a individualidade. No entanto, foi importante reconhecer a influência de elementos psicológicos no comportamento que, muitas vezes, é interpretado como passividade

diante da violência, mas que na verdade carrega um desejo por controle inconsciente. Esse controle acaba por aliviar o peso advindo da necessidade de independência, seja ela financeira, emocional ou psicológica.

O conceito de gênero desempenhou um papel fundamental na compreensão da abordagem da violência doméstica contra mulheres, pois mostrou-se intrinsecamente ligado à construção social do papel feminino na sociedade. Em uma sociedade com valores frequentemente machistas e misóginos, as mulheres são muitas vezes vistas como cidadãs de segunda classe, com menos direitos, tendo seu papel minimizado e invisibilizado de forma sistemática e repetitiva em uma sociedade ainda dominada pelos homens. Suas vozes são silenciadas pelas relações de poder patriarcal. Muitas vezes, é ensinado aos homens sobre o seu papel e eles compreendem que são detentores de privilégios e poder, o que pode perpetuar um ciclo de violência e desigualdade de gênero.

No âmbito da atuação da Psicologia, mostrou-se fundamental e necessário repensar as práticas e modelos de intervenção tradicionais, especialmente os modelos clínicos, e incorporar abordagens que englobam a perspectiva social, a clínica ampliada, a clínica social e intervenções psicossociais articuladas com outros profissionais e serviços. O atendimento às mulheres em situação de violência requer discussões sobre as novas demandas sociais, que exigem da Psicologia a ampliação de suas práticas e o desenvolvimento de novos campos de atuação. Para que as mulheres em situação de violência percebam esses serviços como pontos de apoio, é essencial que os profissionais cultivem uma cultura de respeito, ofereçam tempo, escuta e estabeleçam um diálogo aberto, acolhedor, evitando julgamentos, fornecendo informações, respeitando a privacidade e confidencialidade das mulheres, e colaborando na elaboração de um plano de cuidados individualizado. Esse plano deve levar em consideração as decisões e preferências das mulheres, com o objetivo de fornecer o suporte necessário para enfrentar a violência de forma segura e eficaz.

Apesar da vasta teoria disponível sobre o tema na Psicologia e dos relevantes trabalhos desenvolvidos, o campo ainda mostra-se fértil como território de novas pesquisas. Compreende-se os grandes desafios enfrentados por pesquisadores, psicólogas e psicólogos no contexto brasileiro do fazer teórico, como falta de apoio do poder público ou até mesmo falta de reconhecimento da sociedade sobre a relevância da pesquisa científica. Neste panorama, é importante destacar que a

ciência deve ocupar um lugar de caminho, potência e suporte ao pensamento crítico inclusive da nossa própria profissão e sociedade.

Apesar do esforço e dedicação a este estudo, destacamos que as compreensões aqui alcançadas não esgotam em nenhuma instância outras possibilidades de produção de conhecimento neste campo. Embora tenhamos mantido o rigor científico neste estudo, ressaltamos que ainda há potencial de novas descobertas e contribuições. Promovemos a relevância de uma postura curiosa e da constante atitude de principiante como eternos estudantes dos sujeitos e de suas subjetividades.

Por fim, verificou-se as últimas consequências deste estudo, mostrando-se político e crítico reevidenciar que numa sociedade onde o estereótipo do branco europeu é associado a sucesso, beleza e supremacia, enquanto negros e indígenas são marginalizados, escravizados, subjugados e inferiorizados, é possível compreender o impacto do racismo na internalização das identidades individuais. Os grupos minoritários são frequentemente silenciados e reprimidos pela normatividade branca. Além disso, quando se trata do papel das mulheres na sociedade, a interseção entre gênero e raça é evidente nas experiências de violência doméstica vivenciadas pelas mulheres negras. Sua cor de pele, tipo de cabelo, identidade de gênero e a história de seus antepassados são utilizados como justificativas para a violência que seus corpos sofrem em uma sociedade misógina e patriarcal.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Sobre a violência.** 15ª edição. São Paulo/SP: Civilização Brasileira, 1968-2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e atualizada. 1ª edição. São Paulo/SP: Edições 70, 1977-2008.

BRASIL, **Lei nº 10.778,** de 24 de novembro de 2003. Disponível em: Acesso em: https://legis.senado.leg.br/norma/552654/publicacao/15796510. Acesso em: 23 abril 2023.

BRASIL, **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 23 abril 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual : matriz pedagógica para formação de redes.** 64 páginas, Série B, Textos Básicos de Saúde. Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_mulheres_adolescentes_matriz_pedagogica.pdf. Acesso em: 24 abril 2023.

BRASIL, **Portaria GM/MS número 78, de 18 de janeiro de 2021.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt0078_19_01_2021.html. Acesso em: 24 abril 2023.

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo".** In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 4ª edição. São Paulo/SP: Autêntica, 2010-2018

CARRIJO, C.; MARTINS, P.A.; **A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. Scielo, 2020**. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/JK8t85xSSKbjtwkJzsxpqtq/?lang=pt. Acesso em: 04 de março de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Brasília/DF: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório descritivo da pesquisa sobre prática profissional de psicólogos em Programas de atenção à mulher em situação de violência**. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Pública (Crepop). Brasília/DF: CFP, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop). - Brasília/DF: CFP, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 07/2003.** Brasília/DF: CFP, 2007.

COSTA, G. C. **Violência contra mulher e racismo: análise das políticas públicas em Santa Catarina.** 2021. 63 folhas. Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229991/TCC%20Gabriela%20Costa.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 de março de 2023.

DIAS, C. R. Identificação, racismo e o circuito dos afetos. Papeti, G., Junior, S., Luiza, M., & Aparecida, S. (2022). **Psicologia das massas: um século de pensamento crítico.** 1ª edição. São Paulo/SP: Blucher, 2022.

FREUD, S. Edição Standard Brasileira das **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume XVIII. Além do princípio do prazer.** Rio de Janeiro/RJ: Imago,. 1920-2006.

FREUD, S. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume XV**. **Psicologia das massas e análise do Eu**. São Paulo: Companhia das Letras, 1921-2011.

FREUD, S. **O mal-Estar na civilização**. 1a.ed. São Paulo/SP: Penguin Classics Companhia das Letras, 1929-2011.

HERRMANN, F. **O que é psicanálise: para iniciantes ou não**. 14ª edição. - São Paulo/SP: Blucher, 2015.

INSTITUTO DATASENADO, **Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**, 9ª edição, 2021. https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-2021. Acesso em: 19 de maio de 2023.

JODELET, D. Os processos Psicossociais da Exclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social.** 1a.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998-2004.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social.** 1ª edição. São Paulo/SP: Brasiliense, 1999.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1998-2004.

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 4ª edição. São Paulo/SP: Autêntica, 2018.

MORETTO, C. C.; TERZIS, A.. **Experiências de uma equipe interdisciplinar de saúde mental**. Revista SPAGESP, Ribeirão Preto-SP, volume 13, número 2, página 68-76, fevereiro de 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702012000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 setembro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia para o manejo de situações de violência doméstica contra a mulher na APS**. Florianópolis/SC, 2022. Disponível em: https://unasus.ufsc.br/saudedamulher/files/2022/02/GUIA_ViolenciaMulheres_V4-1.pdf Acesso em: 04 de março de 2023.

PONCIANO, J. V.; **Freud e a misoginia: possíveis leituras a partir de uma epistemologia feminista**. ELEUTHERÍA - Revista do Curso de Filosofia, Campo Grande-MS, volume 07, número 13, páginas 165-177, setembro de 2022. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/view/15683/11428. Acesso em: 01 março de 2023.

RODRIGUES, J. L. F.; BRITO, A. L. (org); **Ano da Psicoterapia: Textos Geradores**. 1ª edição. Conselho Federal de Psicologia. São Paulo/SP: : CFP, 2009.

SILVA, A. F. C. et al; **Violência doméstica contra a mulher: contexto sociocultural e saúde mental da vítima**. Research, Society and Development, Santa Maria-R, volume 9, número 3, páginas 1-17. Ano 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2363/1885 Acesso em: 04 de março de 2023.

SILVIA-LEITE, I.; VALE-COSTA, H. F. S.; **Dor SIlenciosa: As consequências psicológicas na mulher vítima de violência doméstica pela ótica da Psicanálise e do Feminismo.** 2023. 23 folhas. Curso de Psicologia - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa. Centro Universitário ICESP - Brasilia/DF, 2023.

STREY, M. N., *et al*; **Gênero.** In: Psicologia Social Contemporânea. 21ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

TEIXEIRA, J. M. S., PAIVA, S. P. **Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial.** Rio de Janeiro, RJ: Physis: Revista de Saúde Coletiva, 2021.